

Congresso em guerra com o governo

JORNAL DO BRASIL

18 MAR 1994

■ Comissão culpa o Executivo por falta de orçamento

BRASÍLIA — O Orçamento da União para 1994 virou motivo de guerra do Congresso e do Executivo. A Comissão Mista de Orçamento divulgou nota de "Esclarecimento à Nação" em que denuncia o governo como responsável "exclusivo" pela ausência de lei orçamentária, com prejuízo direto para saúde, educação, transporte e agricultura.

Assinam a nota representantes de oito partidos, além do presidente e relator da comissão, senador Raimundo Lira (PFL-PB), e do deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP). Dos partidos princi-

pais, só os representantes do PFL e do PSDB não endossaram as críticas. Segundo um parlamentar, a nota foi uma "atitude intempestiva" do relator.

Barbieri disse que a motivação da nota é a "insatisfação generalizada" da administração pública com a "penúria" de recursos liberados pelo Tesouro. "Há vários setores funcionando precariamente, que vêm ao Congresso reclamar da falta de orçamento. A nota é para deixar claro que o governo não mandou sua proposta para ser votada", afirmou. Segundo o deputado, o governo não está "nem um pouco interessado" em aprovar logo o Orçamento. "É cômodo para o governo comprimir despesas, só que vai custar caro, com aumento das epidemias

e fechamento de hospitais, por exemplo", disse.

Resposta — Do Rio de Janeiro, onde passou o dia em visita ao BNDES, o ministro do Planejamento, Beni Veras, ditou à sua assessoria uma nota em resposta à comissão. Ele garantiu que as áreas vitais estão com recursos garantidos pela Medida Provisória 441, que liberou os setores de pessoal, encargos sociais, benefícios previdenciários, livros didáticos, bolsas de estudo e pagamento da dívida pública da parcela de um duodécimo para ser gasto em cada mês. Disse também que o pagamento de hospitais conveniados com o Inamps foi atendido pela abertura de crédito extraordinário de CR\$ 232 bilhões, con-

forme a MP 447, assinada no dia 12 pelo deputado Inocêncio de Oliveira, quando no exercício da Presidência da República.

Os autores da nota da Comissão Mista de Orçamento conseguiram ontem assinaturas de lideranças dos principais partidos — com exceção apenas do PSDB — para a votação em regime de urgência da MP 441.

O deputado João Paulo (PT-MG) acha que o governo age de forma "ilegal e desrespeitosa" para "atropelar" o Congresso. "A MP tem um artigo que permite reajustar os valores do primeiro projeto do orçamento até o mês anterior ao da despesa. Com isto na mão não precisam de orçamento", disse.